

RELATO DE EXPERIÊNCIA: INTERAGIR PARA INCLUIR NO ENSINO TÉCNICO REGULAR

EXPERIENCE REPORT: INTERACTING TO INCLUDE IN REGULAR TECHNICAL TEACHING

INFORME DE EXPERIENCIA: INTERACTUAR PARA INCLUIR EN LA ENSEÑANZA TÉCNICA REGULAR

DANIVIA SANTOS PRESTES
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFAR
SÃO VICENTE DO SUL, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
DANIVIA.PRESTES@IFFARROUPILHA.EDU.BR
[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-4353-6417](https://orcid.org/0000-0002-4353-6417)

RESUMO: O presente trabalho retrata uma experiência na docência de uma disciplina técnica do Ensino Profissionalizante, subsequente ao Ensino Médio, em uma Instituição Pública de Ensino, Instituto Federal Farroupilha. Pretende proporcionar uma análise reflexiva sobre a Inclusão de um aluno com deficiência intelectual no Ensino Técnico Regular. Aborda as vivências nesse contexto e os desafios e superações desse trilhar. Utilizam-se, inicialmente, referenciais bibliográficos, alicerçando um recorte reflexivo sobre essa experiência na educação com Inclusão, abordando, também, a visão do aluno sobre o curso e sua aprendizagem. As explicações aqui conduzidas versam sobre a importância da Inclusão em todas as escolas, inclusive as técnicas profissionalizantes, levando à reflexão quanto às ações pedagógicas implementadas, a fim de atender a Educação com efetiva Inclusão. É necessário, para o êxito acadêmico, elaborar estratégias educacionais que atendam, de fato, à maneira de processar e construir o conhecimento, independente das condições em que os alunos se encontram.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação; Técnico.

ABSTRACT: The present work portrays an experience in the teaching of a technical discipline of Vocational Education, subsequent to High School, in a Public Education Institution, Farroupilha Federal Institute. It aims to provide a reflective analysis on the inclusion of a student with intellectual disabilities in Regular Technical Education. It addresses the experiences in this context and the challenges and overcomes in this path. Initially, bibliographic references are used, basing a reflective focus on this experience at the Education with Inclusion, also addressing the student's view of the course and his learning. The explanations conducted here are about the importance of Inclusion in all schools, including professional techniques, leading to reflection on the pedagogical actions implemented in order to meet Education with effective Inclusion. It's necessary, for academic success, to develop educational strategies that, in fact, meet the way of processing and building knowledge, regardless of the conditions in which students find themselves.

KEYWORDS: Inclusion; Education; Technical.

RESUMEN: El presente trabajo retrata una experiencia en la docencia de una asignatura técnica de Educación Profesional, posterior a la escuela secundaria, en una Institución Pública de Educación, Instituto Federal Farroupilha. Tiene como objetivo brindar un análisis reflexivo sobre la inclusión de un estudiante con discapacidad intelectual en la Educación Técnica Regular. Aborda las experiencias en este contexto y los desafíos y superación de este camino. Inicialmente se utilizan referencias bibliográficas, basando un enfoque reflexivo en esta experiencia de educación con Inclusión, abordando también la visión del alumno sobre el curso y su formación. Las explicaciones que aquí se realizan son acerca de la importancia de la Inclusión en todas las escuelas, incluidas las técnicas profesionales, lo que lleva a la reflexión sobre las acciones pedagógicas implementadas para hacer frente a la Educación con Inclusión efectiva. Es necesario, para el éxito académico, desarrollar estrategias educativas que, de hecho, respondan a la forma de procesar y forjar conocimientos, independientemente de las condiciones en las que se encuentren los estudiantes.

PALABRA CLAVE: Inclusión; Educación; Técnica.

Introdução

A história da Educação no Brasil, ao longo dos anos, passou por transformações significativas. Em tempos recentes, houve um grande aumento no número de Instituições de ensino, cursos e vagas. Os educadores de diversas áreas passaram a discutir o ensino de forma mais ampla e democrática. Contudo, as mudanças, em sua maior parte, sempre procuraram se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro, a partir das exigências impostas para a formação da força de trabalho (PACHECO et al., 2009). Segundo Manfredi (2002), apesar de um certo grau de correlação entre escolaridade e empregabilidade, essas relações resultam, na verdade, de uma complexa rede de determinações e contradições sócio-históricas. De forma acertada, a autora afirma que as mudanças macroeconômicas ocorridas a partir de 1990, caracterizadas pela subordinação do Brasil à economia global, contribuíram para a diminuição do emprego industrial e o aumento do desemprego, do subemprego e da informalidade. Aliado a isso, as escolas brasileiras foram e ainda são marcadas pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e por exclusão escolar e social (MANTOAN, 2003).

Nesse contexto, a Educação Profissional assume importância, pois em si, não gera diretamente trabalho nem emprego, mas constitui um processo condicionado e determinado de qualificação e inserção social, abrangendo, além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e a aquisição de conhecimentos e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. Para Manfredi (2002), a geração direta de trabalho e o emprego dependem da organização dos processos estruturais de produção, das condições do mercado de trabalho e das políticas regulatórias. Na pesquisa realizada por Garcia et al. (2018), pôde-se observar que a Educação Profissional no Brasil atendeu, em cada tempo, às necessidades do País. Entretanto, diferentemente de quando surgiu, houve uma ampliação significativa de vagas nas últimas décadas. Silva e Melo (2018) mencionam um comparativo entre os dados do Censo Nacional da Educação Superior (CENSUP) de 1995, 2003 e 2013. O número total de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil aumentou consideravelmente, de 1995 a 2013: em 1995, existiam 894 IES; em 2013, foram registradas 2.391. Em suma, após 2003, a educação superior pública registrou um crescimento significativo, embora menor que no setor privado.

Acompanhando o crescimento de IES, a oferta de vagas também aumentou no período observado. Houve um aumento considerável no número de matrículas na educação superior, que passou de 1.759.703, em 1995, para 3.887.022, em 2003, ou seja, o quantitativo mais que dobrou. De 2003 a 2013, o número de matrículas quase duplicou novamente, subindo para 7.305.977. O número de matrículas nas Instituições Federais de Ensino (IFES), no período de 2003 a 2013, foi 83% maior do que o registrado no período de 1995 a 2003.

Além disso, para atingir os patamares aspirados de desenvolvimento nacional, foram desencadeadas ações de reordenamento das IES públicas, com princípios de otimização de espaços e tempos, de ampliação e criação de oferta, de redução ou flexibilização de recursos materiais e humanos.

Cumprindo ressaltar que ganharam destaque, na política educacional brasileira, medidas de incentivo ao crescimento da educação superior pública. É possível elencar, nesse campo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a flexibilidade posta pela regulamentação da Educação a Distância (EaD), bem como a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); a instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a criação dos Institutos Federais (IF), apresentados como um novo modelo

de Instituição de Ensino Superior a partir de 2008. Segundo Lima Filho (2002), esse último (IF) é diferente do universitário, pois é dirigido ao ingresso imediato no mercado de trabalho e passou a ocupar lugar de notoriedade nas políticas educacionais brasileiras após 2003. Se configura como uma educação vinculada às necessidades e demandas dos arranjos produtivos locais (APL), o que tem início já na educação básica, por meio dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, além dos cursos subsequentes.

Os Institutos Federais são apresentados como detentores de vantagens e com a possibilidade de atender a alguns problemas mais pontuais da sociedade brasileira. Favorecem o acesso por pessoas que buscam conquistas científicas e tecnológicas, voltando-se a preparar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, independentemente de sua condição.

Nessa conjuntura, é importante ressaltar a Educação Inclusiva, pois a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e sociais amplas, que garantam os direitos da população. Dentre esses direitos, estão os de acesso a instituições de ensino preparadas para atender todos os alunos, a despeito de suas características, transtornos, deficiências ou dificuldades, num ambiente que desenvolva competências e habilidades para educar na diversidade e visando ao mundo do trabalho. De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação é para todos, e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

Para Mantoan (2003, p. 16):

A distinção entre Integração e Inclusão é um bom começo para esclarecer o processo de transformação nas Instituições de Ensino, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Pela Integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai desde a inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Trata-se de uma concepção de “inserção parcial”, pois o sistema prevê serviços educacionais segregados. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. Quanto à Inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de Integração. A Inclusão é incompatível com a Integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, frequentam as salas de aula do ensino regular.

Segundo Silveira e Neves (2006), são poucas as experiências em que se desenvolvem os recursos docentes e técnicos, bem como o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de Inclusão. Para Mantoan (1997), é preciso respeitar os educandos em sua individualidade. Se considerarmos que é normal apresentarmos déficit em nossos comportamentos e em áreas de nossa atuação, tanto pessoal como grupal, construímos condições de adaptação ao meio. Sendo assim, se consideramos como normal a Inclusão escolar das pessoas com deficiência, ela acontecerá naturalmente.

Trata-se, portanto, de desenvolver sistemas educacionais inclusivos, com escolas de ensino regular capazes de responder à diversidade de forma efetiva e que exerçam seu papel social frente aos grupos mais vulneráveis, que têm experimentado a exclusão, a discriminação e a segregação. O momento é de refazer a educação escolar, seguindo novos paradigmas, preceitos, ferramentas e tecnologias educacionais. A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças nas propostas educacionais da maioria das escolas e na sua reorganização curricular, pois o movimento inclusivo, por mais contestado que ainda seja, até mesmo pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, é irreversível e convence a todos pela sua lógica e pela ética do seu posicionamento social.

A inclusão é um processo em andamento, contudo, faz-se necessário conhecer as dificuldades e as variadas formas com que tem sido enfrentada. No presente relato serão abordados aspectos relacionados às vivências com uma discente com necessidades educacionais especiais matriculado em uma turma regular do Ensino Técnico Profissionalizante subsequente ao Ensino Médio.

Uma Experiência Inédita: Vistas do Educado

O Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul (IFFar/SVS) é uma Instituição de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, profissionalizante, localizado no pequeno município de São Vicente do Sul, região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, distante 378 km da capital gaúcha. Tem 66 anos de história, especialmente voltada ao ensino agropecuário. Durante esse tempo, passou por transformações, iniciando como Escola Agrícola, passando a Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e, atualmente, configurando Instituto. Trabalha com distintos cursos, níveis e modalidades de ensino (Técnico Integrado ao Ensino Médio, Técnico Subsequente ao Ensino Médio e Superior), e recebe educandos de diversas regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Em 2008, um educando, na época com 28 anos e com diagnóstico de Deficiência Intelectual, ingressou em uma turma regular do Curso Técnico Subsequente em Zootecnia, no IFFar/SVS. Aqui, denominaremos este aluno pelo codinome “Fernandinho”. Segundo Sasaki (2002), o conceito de deficiência intelectual passou por várias modificações até chegar a essa denominação atual. Já foram utilizadas outras nomeações, como retardo mental, excepcional, retardado, deficiente, entre outros. Porém, hoje, o termo correto a ser utilizado é “pessoa com deficiência”, para qualquer deficiência, e, no caso da deficiência cognitiva, o termo correto a ser utilizado é “pessoa com deficiência intelectual”. Seu diagnóstico é complexo, pois a origem pode ter envolvimento de vários fatores: biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais. Sendo assim, um dos desafios da deficiência intelectual é estabelecer claramente a sua origem ou causa. No caso do Fernandinho, o fator desencadeante da deficiência intelectual foi perinatal, decorrente de problemas ao nascer. Segundo a mãe, o parto (normal) foi difícil e demoradamente demorado, acarretando falta de oxigênio para o bebê. Esse fato propiciou o desenvolvimento de um atraso intelectual decorrente da hipóxia cerebral. Segundo Sasaki (1997), a deficiência intelectual é uma das deficiências mais encontradas, caracterizadas pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no Quociente de Inteligência (QI), normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica, acarretando, muitas vezes, um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades. Todos esses sinais foram apontados no presente caso.

A Escola em questão, preocupada em atender da melhor forma possível os alunos com deficiência, possui um setor especializado de atendimento, o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE). Sua estrutura funcional conta com educador especial e com monitores de apoio, além de suporte na área de saúde (enfermeira, psicólogo, odontólogo e médico). Contudo, na época, por mais que houvesse esse “suporte”, foi um desafio para todos desenvolver o trabalho de Inclusão, pois não bastava somente “Integrar” o Fernandinho à turma regular e ao Curso, mas efetivamente “Incluí-lo”. Os professores que atuavam no curso não haviam tido formação para enfrentarem a realidade da Inclusão na sala de aula e, tampouco, para envolver os colegas de turma nesse “acolhimento” ao Fernandinho. Conforme Reis e Ross (2020), não podemos discutir sobre o tema Inclusão sem discutir sobre a formação dos

educadores pois, para que a Inclusão escolar seja real, o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado (tanto psicológica quanto intelectualmente) para mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar, visando atender às necessidades de todos os alunos. Os cursos ou programas de formação e capacitação docente precisam dar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos, entretanto, não podem ser voltados apenas a questões pontuais, mas sim, proporcionar aprofundamento teórico metodológico que permitam aos docentes refletir e ressignificar sua prática pedagógica aspirando atender à diversidade do seu público. Para Mantoan (1997), o processo de Inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos educadores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, ao encontro de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

Nesse trabalho, são relatados aspectos mais específicos, baseados no transcorrer das aulas de uma disciplina técnica e do estágio profissional do Fernandinho, que foram realizados na mesma área (Nutrição Animal e Bovinocultura de Leite). Durante o desenvolvimento dos conteúdos e atividades, foram notadas dificuldades como falta de concentração, entraves na comunicação e na interação, além de uma menor capacidade de raciocínio e para entender a lógica de funcionamento das linguagens e cálculos, por não compreender bem a representação escrita.

Segundo Silveira e Neves (2006), as maiores dificuldades que os deficientes intelectuais enfrentam estão relacionados à descoberta de novos conhecimentos, aptidões e nas resoluções de problemas. Em seus primeiros meses na escola, Fernandinho enfrentou dificuldades para interagir, mas, com o passar do tempo, olhando mais atentamente para seu potencial, foi possível observar que era capaz de compreender e ser compreendido a seu modo. A inserção social do Fernandinho à turma regular, no transcorrer do curso, foi tranquila: seus colegas agiram de forma acolhedora, mesmo não conhecendo especificamente seu histórico e suas limitações. Percebiam que tinha dificuldades na comunicação (fala e entendimento) e na locomoção, mas o acolhiam e o auxiliavam nas atividades para que melhor entendesse e para que se sentisse bem. Esse fato foi muito importante, pois, visivelmente e se sentido acolhido, Fernandinho passava a entender melhor o que era proposto e, ao seu modo, dava a devolutiva. As avaliações da aprendizagem (sala de aula) utilizadas foram mais flexíveis, com caráter processual, contínuo e dinâmico, procurando atender às suas necessidades educacionais especiais. Valeu-se de observações em sala de aula e outros espaços escolares, diálogos, análise da produção escolar (cadernos, desenhos, anotações, trabalhos e provas) e utilização de outros instrumentos (práticas de campo diversas e adaptadas para seu entendimento).

Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o princípio fundamental da Escola Inclusiva é o de que todas os educandos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Essas escolas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos disponíveis. Nesse contexto, já nas primeiras semanas de aula, foi possível perceber que uma das maiores dificuldades do Fernandinho, assim como de outros alunos, embora em grau mais leve, estava na interpretação e no desenvolvimento da escrita ou fala mais rebuscada. Assim, buscou-se fazer adaptações para o seu melhor entendimento do contexto técnico da disciplina e do estágio. As atividades práticas foram essenciais nesse processo para todos os alunos. Conforme Reis e Ross (2020), a aprendizagem não deve ser considerada como resultado que depende única e exclusivamente do aluno, mas deve estar sendo construída no dia a dia, pois quando o professor identifica que o aluno começa a encontrar obstáculos na realização das atividades ou

percebe que delas não participa, torna-se necessária a rápida intervenção desse profissional e da equipe escolar, pois ele pode precisar de mais tempo para realizar a atividade; requerer material introdutório mais simples ou mais concreto ou demandar a provisão de meios especiais de acesso ao currículo. Contudo, se o professor alega que o aluno não está aprendendo, antes deste ser excluído e/ou rotulado, devem ser respondidas, pelo menos, três perguntas: O que se está esperando que ele aprenda? O que lhe está sendo ensinado e para quê? Como está se realizando seu ensino, que metodologia e quais procedimentos são administrados e que materiais e equipamentos estão à disposição?

A construção do conhecimento do Fernandinho acerca da disciplina e da formação profissional que o estágio permite foi pautada constantemente durante o transcorrer das atividades. As aulas foram se adaptando à melhor forma de aprendizado para ele, substituindo, sempre que possível, a teoria pela prática (integrando-as), a escrita pela fala, provas/trabalhos por conversas a campo, de modo a embasar a formação de uma noção técnica sobre o que estava sendo proposto (manejo para criação de bovinos leiteiros). Nesse sentido, os colegas muito colaboraram, pois interagiam com o Fernandinho nas atividades práticas de forma participativa, o que contribuiu efetivamente no seu aprendizado. Essas adaptações sempre envolveram a interação com a turma, o que cooperou muito para o sucesso no processo ensino-aprendizagem, não somente do Fernandinho, mas de todos os alunos. Esse aspecto positivo do acolhimento e da interação teve benefícios não somente de ordem “conteudista”, mas de formação social, pois todos os alunos da turma não tomavam o Fernandinho por “diferente” dentro do processo, mas como um colega com maior dificuldade de aprendizado e que necessitava do auxílio deles para construir seus conhecimentos de forma mais efetiva. Quem ensina também aprende, assim, os estudantes que auxiliavam ensinando, também estavam aprendendo. Essa, acreditamos ser, a verdadeira essência da “Inclusão”.

Ao final da disciplina de Nutrição Animal e das demais que estava cursando na época, Fernandinho foi considerado apto (via parecer) a desenvolver a última etapa do curso, o Estágio Curricular Supervisionado. Esse foi realizado no Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção (LEPEP) Zootecnia III, do IFFar/SVS, na área de Bovinocultura de Leite e Corte. A condução do Estágio foi realizada seguindo os moldes do transcorrer da disciplina, porém, com uma visão mais investigativa dos conhecimentos formados ao longo do curso como um todo. Segundo Reis e Ross (2020), uma avaliação inclusiva é caracterizada também pelo fato de que as decisões de ordem social (habilitação, aprovação, titulação) que são tomadas a partir dos resultados da avaliação mantenham a maior coerência possível com a função predominantemente pedagógica que devem cumprir. Isso pressupõe que essas decisões sejam tomadas a partir de um processo de coleta de informações e de critérios de avaliação coerentes com os princípios de um ensino adaptativo.

Ao final do Estágio, pleiteando sua Titulação, Fernandinho apresentou seu relatório de Estágio a uma banca composta por dois professores da área Zootécnica do Campus. A apresentação, que foi pública, teve a presença de alguns colegas de turma, servidores da Instituição e, também, de dois representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e Cultura (SETEC/MEC) de Brasília/DF, a fim de certificar a apresentação e a conclusão do curso.

Fernandinho foi o 1º aluno de inclusão no IFFar/SVS e o 1º, ao nível de País, em escolas Federais a se formar em um Curso Técnico Profissionalizante. Concluiu o Curso Técnico Agrícola Subsequente com habilitação em Zootecnia, no ano de 2009, na Turma Prof.^a. Franciele Camila Luchese. Após a conclusão do Curso, Fernandinho ingressou no mercado de trabalho, compondo a equipe agropecuária de uma empresa terceirizada de Prestação de Serviços, na

qual trabalhou por cerca de três anos. Esse percurso formativo contempla o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual menciona-se, no Art. 59 (BRASIL, 1996, p. 19), que:

- deve-se promover a educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Mantoan (2003) propõe pensar em uma escola “única”, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada aluno sobressaiam. Há necessidade de se recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. Nessa perspectiva, existirá ensino de qualidade, pois as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração e no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos. A aprendizagem nessas circunstâncias é centrada, ora sobressaindo o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos. Nas práticas pedagógicas predominam a experimentação, a criação, a descoberta e a coautoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer de melhor para que eles se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades. Para Mantoan (2003, p. 35) em suma:

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde os educandos aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar, preparados para o mundo do trabalho, mas sem tensões competitivas, com espírito solidário e participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Uma Experiência Inédita: Vistas do Educando

Fernandinho nasceu no dia 04 de março de 1982. Segundo depoimento da mãe, ele sempre foi um aluno assíduo e responsável no transcórrer de seus estudos. Teve acesso ao Curso de Zootecnia do IFFar/SVS pelas cotas destinadas a pessoas com deficiência. Embora, no início, tenha tido dificuldades para se inserir, adorava o curso. Construiu e consolidou amizades verdadeiras que mantém até hoje. Os colegas o estimularam, de tal maneira, que falavam que só se formariam se ele estivesse junto na formatura. Segundo Fernandinho, a escola era maravilhosa, gostava muito de frequentar as aulas e gostava do curso também. Porém, sentiu dificuldades na parte teórica, principalmente nas disciplinas com cálculos e raciocínio lógico. Se identificava e se entendia melhor com as disciplinas mais práticas, fazia os plantões no Tambo, madrugando para não atrasar. As disciplinas que mais tinha afinidade eram Bovinocultura de Corte e de Leite.

Durante o curso, Fernandinho também participou de atividades culturais. Guarda com

carinho e saudade as lembranças da Invernada de Dança Trempe da Saudade, da qual fez parte também. Com apressado e respeito, os dançarinos e o instrutor o incluíram na invernada e ele representou a escola no “Encontro das Invernadas Multicampi”; foi muita emoção para ele e para toda família.

Segundo a mãe, Fernandinho sabe de suas limitações e, por isso, frequentar e concluir um Curso Técnico, para ele, foi um sonho realizado. Ele evoluiu expressivamente como ser humano e aprendeu muito com as práticas do curso. Além disso, teve a oportunidade de se colocar no mercado de trabalho, efetivamente, sendo incluído como cidadão que é, independente de seus percalços.

Considerações finais

Pela experiência relatada no ensino profissionalizante é possível perceber que o desenvolvimento, em situação de deficiência intelectual, se processa de maneira diferente no que se refere à apropriação dos conceitos mais elaborados, quando comparado ao desenvolvimento de pessoas que não evidenciam tais condições. Assim, faz-se necessário, no atendimento às necessidades educacionais especiais, compreender como se processa este tempo, como se dá o amadurecimento das estruturas cognitivas e como elas poderão ser potencialmente trabalhadas, pois, mesmo apresentando essas características, isto não significa que ele seja menos capaz de aprender. As atividades práticas e palpáveis ministradas configuram a forma mais efetiva, nesse caso, para o melhor o aprendizado do aluno com deficiência intelectual. Conclui-se que a Inclusão é possível, desde que haja envolvimento, capacitação e empenho de todos os elos abarcados na Instituição de Ensino. O Educador, nesse contexto, assume papel essencial, pois é o mediador do processo de aprendizagem e se torna uma referência para o aluno, não apenas como um mero instrutor na construção do conhecimento, mas na formação de atitudes e valores como cidadãos. É preciso valorizar o melhor entre as “igualdades e diferenças”, a fim de vislumbrar distintas formas e tempos de ensinar com um mesmo designo: o melhor aproveitamento e aprendizado por TODOS os alunos.

As explicações aqui conduzidas versam sobre a importância da Inclusão em todas as escolas, inclusive as técnicas profissionalizantes, levando à reflexão quanto às ações pedagógicas implementadas, a fim de atender a Educação com efetiva Inclusão. É necessário, para o êxito acadêmico, elaborar estratégias educacionais que atendam, de fato, à maneira de processar e construir o conhecimento, independente das condições em que os alunos se encontram. Almeja-se que o caso relatado possa contribuir, de alguma forma, com as discussões atuais em torno da temática sobre a Inclusão do Deficiente Intelectual no ensino regular e a formação continuada dos educadores para esse fim.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. 31p. Brasília: 1996.

GARCIA, Adilso de Campos; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de; CASTILHO, Maria Augusta de. Educação Profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, UFVJM, n. 13, ano VII, maio 2018.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A reforma da educação profissional no Brasil dos anos noventa**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **Integração de Pessoas Com Deficiência**. Editora: Menon Edições Científicas Ltda, 1997.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Editora: Moderna, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO Moisés Domingos. Educação profissional e tecnológica: das escolas de aprendizes e artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**, n. 16, 2009.

REIS, Rosângela Leonel dos.; ROSS, Paulo Ricardo. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**. 2020. Disponível: <https://docobook.com/a-inclusao-do-aluno-com-deficiencia-intelectual-no-ensino.html>> Acesso em: outubro 2020.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002.

SILVA, Paula Francisca da; MELO, Savana Diniz Gomes. O trabalho docente nos Institutos Federais no contexto de expansão da educação superior. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, agosto, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201844177066>

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: outubro 2020.

Sobre a autora:

DANÍVIA SANTOS PRESTES: Doutora em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente da rede de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Coordenadora do LEPEP Zootecnia III (Bovinocultura de Leite) do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul.

Como referenciar este artigo

PRESTES, Danívia Santos. Relato de experiência: interagir para incluir no ensino técnico regular. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, p. 000-000, 2020. E-ISSN: 2675-3294.

Submetido em: 24/10/2020

Revisões requeridas em: 03/11/2020

Aprovado em: 09/11/2020